



CONCURSO PÚBLICO

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ

ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL – TIPO B

FRASE: Viva muito e viva bem!
(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)



SUA PROVA

- Além deste caderno de prova contendo 100 (cem) questões do tipo objetiva e 4 (QUATRO) do tipo discursiva, você receberá uma folha de resposta destinada às questões objetivas e um caderno de texto definitivo, destinado às respostas das questões discursivas.



TEMPO

- 6 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas e inclusão de respostas no caderno definitivo de textos.
- 3 horas** após o início da prova será possível retirar-se do local de realização das provas.
- 60 minutos** após o início da prova será possível retirar-se da sala aplicação de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- não utilizar máscaras de proteção facial sobre o nariz e boca durante toda a permanência no local de aplicação, devendo cumprir, obrigatoriamente, com todos os cuidados individuais de higiene recomendados para a prevenção do contágio da Covid-19, sob pena de ser eliminado do Concurso.
- durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo.
- portar durante a realização das provas equipamentos como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, Ipad, tablets, smartphones, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc.
- ao candidato levar consigo seu caderno de prova, em hipótese alguma.
- levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.
- usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o cargo deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Caso tenha recebido o caderno de prova com cargo diferente do impresso em sua folha de respostas e em seu caderno de texto definitivo, o fiscal deve ser obrigatoriamente informado para o devido registro na ata da sala, sendo de inteira responsabilidade do candidato a omissão ou a não conferência de seus dados no caderno de prova, na folha de respostas e no caderno de texto definitivo.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas e o caderno de texto definitivo.
- Assine seu nome, nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta cor azul ou preta, confeccionada em material transparente.
- Marque seu tipo de prova em sua folha de respostas. A ausência dessa marcação acarretará a atribuição de nota igual a zero ao candidato, conforme rege o edital do concurso.
- Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nesse documento.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, você deverá, obrigatoriamente, entregar sua folha de respostas e o seu caderno de texto definitivo, devidamente preenchidos e assinados, bem como este caderno de prova, ao fiscal da sala.
- A capa do caderno de texto definitivo deverá ser destacada pelo fiscal da sala, quando lhe entregue pelo candidato.
- Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos deverá ser acomodado embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação suas folhas de respostas, e seus cadernos de texto definitivo e de provas.

Preencha manualmente:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO





LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões 1 a 10

Estudo sugere que metano em lua de Saturno pode ser indicativo de vida

A pequena Encélado encontrou uma “fosfina” para chamar de sua. Um grupo de pesquisadores sugere que a presença de metano nas quantidades observadas nas plumas de água que são ejetadas da lua de Saturno não pode ser explicada por qualquer mecanismo conhecido, salvo vida.

5 O resultado lembra muito as conclusões dos pesquisadores liderados por Jane Greaves, da Universidade de Cardiff, no Reino Unido, que detectaram fosfina nas nuvens de Vênus. Eles também não cravaram que era um sinal de vida, mas indicaram não conhecer mecanismo alternativo capaz de explicar as quantidades.

O novo estudo, liderado por Régis Ferrière, da Universidade do Arizona, nos EUA, e Stéphane Mazevet, da Universidade Paris Ciências & Letras, na França, foi publicado na revista *Nature Astronomy* e segue a trilha dos achados da sonda Cassini, que em 2017 causou furor ao cruzar as plumas e detectar nelas a presença de hidrogênio molecular e metano.

10 Sabe-se que, sob a crosta congelada de Encélado, há um oceano de água líquida, em contato direto com um leito rochoso. É de lá que partem as plumas, ejetadas a partir de fissuras no gelo. Na Terra, fumarolas no fundo do oceano são o lar de muitas formas de vida metanogênicas: elas consomem hidrogênio e despejam metano. Na lua saturnina, encontramos ambos, o que fez muitos evocarem o oceano subsuperficial como habitável. Mas daí a habitado são outros 500. Até porque há outros processos de geração de metano que não envolvem formas de vida, como a interação de água com certos minerais, no processo conhecido como serpentinização.

15 O trabalho de Ferrière e Mazevet consistiu em tentar determinar a origem do metano sem precisar ir até lá para checar. Em vez disso, o grupo modelou matematicamente a probabilidade de que diferentes processos, dentre eles metanogênese biológica, ou seja, a produção de metano por formas de vida, pudessem explicar o resultado colhido pela Cassini.

20 A pergunta central era: a quantidade seria compatível com processos puramente geológicos? E a resposta dos pesquisadores é “não” – mas só até onde sabemos. Eles apontam que das duas uma: ou está rolando metanogênese por micróbios no interior de Encélado, ou há algum fenômeno desconhecido, sem igual na Terra, capaz de gerar a substância.

25 Na soma dos resultados, podemos olhar o copo meio cheio ou meio vazio. Por um lado, é empolgante que tenhamos já detectado compostos que podem sinalizar a presença de vida em tantos astros (fosfina em Vênus, metano em Encélado e em Marte). Por outro lado, as conclusões são mais especulativas do que gostaríamos até o momento. Para todos os casos, ainda é inteiramente possível, quiçá provável, que a explicação dispense atividade biológica. Em todos, o que falta são mais observações. Será preciso enviar novas sondas até lá, se quisermos desfazer esses mistérios.

(Salvador Nogueira. Folha de S.Paulo, 18.jul.2021)

1. A respeito das inferências corretas com a leitura do texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. É possível que ocorram fenômenos metanogênicos na lua de Saturno desconhecidos pelos cientistas e inexistentes na Terra.
- II. As plumas de metano ejetadas na lua saturnina são a prova de que, sob o gelo, ocorre um processo de metanogênese biológica, podendo tornar o oceano habitável.
- III. Assim como nas nuvens de Vênus, é possível que haja vida na lua de Saturno, embora ainda não haja evidências concretas do fenômeno de metanogênese biológica em ambas.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

2. A pergunta central era: a quantidade seria compatível com processos puramente geológicos? (linha 19)

Assinale a alternativa em que, inserindo-se um pronome com valor catafórico, tenha-se mantido correção gramatical para o período acima.

- A) A pergunta central era essa: a quantidade seria compatível com processos puramente geológicos?
- B) A pergunta central era tal: a quantidade seria compatível com processos puramente geológicos?
- C) A pergunta central era aquela: a quantidade seria compatível com processos puramente geológicos?
- D) A pergunta central era esta: a quantidade seria compatível com processos puramente geológicos?
- E) A pergunta central era a mesma: a quantidade seria compatível com processos puramente geológicos?



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

3. Acerca da estrutura do texto e seus recursos de linguagem, analise as afirmativas a seguir:

- I. Embora com teor científico, o autor do texto emprega um tom de linguagem mais próximo do coloquial, certamente para tornar o texto mais acessível a um leitor de jornal, não especialista no assunto.
- II. Em função do assunto, foi necessário que o texto tivesse assumido um tom mais didático, com acréscimo de apostos e elementos explicativos.
- III. O texto apresenta tipologia textual predominantemente narrativa.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

4. Assinale a alternativa em que o termo indicado desempenhe, no texto, função sintática igual à de *Cassini* (linha 9).

- A) de Saturno (linha 2)
- B) Jane Greaves (linha 4)
- C) *Nature Astronomy* (linha 8)
- D) saturnina (linha 12)
- E) de Ferrière e Mazevet (linha 16)

5. Assinale a alternativa em que o termo indicado desempenhe, no texto, papel adjetivo.

- A) Vênus (linha 5)
- B) publicado (linha 8)
- C) achados (linha 8)
- D) metano (linha 9)
- E) muitas (linha 12)

6. Assinale a alternativa em que o período indicado, retirado do texto, **NÃO** apresente alguma estrutura em voz passiva.

- A) Um grupo de pesquisadores sugere que a presença de metano nas quantidades observadas nas plumas de água que são ejetadas da lua de Saturno não pode ser explicada por qualquer mecanismo conhecido, salvo vida. (linhas 1 a 3)
- B) O resultado lembra muito as conclusões dos pesquisadores liderados por Jane Greaves, da Universidade de Cardiff, no Reino Unido, que detectaram fosfina nas nuvens de Vênus. (linhas 4 e 5)
- C) O novo estudo, liderado por Régis Ferrière, da Universidade do Arizona, nos EUA, e Stéphane Mazevet, da Universidade Paris Ciências & Letras, na França, foi publicado na revista *Nature Astronomy* e segue a trilha dos achados da sonda Cassini, que em 2017 causou furor ao cruzar as plumas e detectar nelas a presença de hidrogênio molecular e metano. (linhas 7 a 9)
- D) É de lá que partem as plumas, ejetadas a partir de fissuras no gelo. (linha 11)
- E) Eles apontam que das duas uma: ou está rolando metanogênese por micróbios no interior de Encélado, ou há algum fenômeno desconhecido, sem igual na Terra, capaz de gerar a substância. (linhas 20 e 21)

7. Um grupo de pesquisadores sugere que a presença de metano nas quantidades observadas nas plumas de água que são ejetadas da lua de Saturno não pode ser explicada por qualquer mecanismo conhecido, salvo vida. (linhas 1 a 3)

A palavra sublinhada no período acima se classifica como

- A) adjetivo.
- B) substantivo.
- C) partícula expletiva.
- D) verbo.
- E) palavra denotativa.

8. Na Terra, fumarolas no fundo do oceano são o lar de muitas formas de vida metanogênicas: elas consomem hidrogênio e despejam metano. (linhas 11 e 12)

O segmento sublinhado, em relação ao trecho anterior do período, tem a função de

- A) explicação.
- B) explicitação.
- C) exemplificação.
- D) enumeração.
- E) especificação.

9. Até porque há outros processos de geração de metano que não envolvem formas de vida, como a interação de água com certos minerais, no processo conhecido como serpentinização. (linhas 13 a 15)

No período acima, empregou-se corretamente a forma do porquê. Assinale a alternativa em que isso também tenha ocorrido.

- A) Esperamos que nosso desenho demonstre por quê, naquela cena, era impossível identificar a quantidade de pessoas presentes.
- B) Por que estávamos esperando a chegada do depósito não podíamos ir adiantando outras tarefas?
- C) Nunca se identificaria por que eles agiram daquela maneira.
- D) Era muito difícil identificar as causas, por que a substância não tinha todas as suas propriedades ainda conhecidas.
- E) Os objetivos porque lutamos não podem ser esquecidos.

10. O resultado lembra muito as conclusões dos pesquisadores liderados por Jane Greaves, da Universidade de Cardiff, no Reino Unido, que detectaram fosfina nas nuvens de Vênus. (linhas 4 e 5)

Assinale a alternativa em que, alterando-se o verbo sublinhado no período acima, tenha-se mantido a correção gramatical. Não leve em conta alterações de sentido.

- A) O resultado almeja às conclusões dos pesquisadores...
- B) O resultado imiscui às conclusões dos pesquisadores...
- C) O resultado esquece das conclusões dos pesquisadores...
- D) O resultado anui às conclusões dos pesquisadores...
- E) O resultado alude as conclusões dos pesquisadores...

INFORMÁTICA

11. Com relação aos recursos do software Thunderbird Mozilla 78.12.0 (64-bit), em português-BR, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa, nas afirmativas abaixo:

()	Para criar uma nova mensagem, pode-se utilizar os atalhos de teclado Ctrl+N e Ctrl+M.
()	Para responder a uma mensagem somente ao remetente, deve-se usar o atalho de teclado Ctrl+R.
()	Para fechar a janela de diálogo desse software, deve-se pressionar o ícone  no canto superior direito ou executar o atalho de teclado Alt+F7.

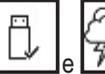
As afirmativas são, respectivamente,

- A) V – F – V.
- B) V – V – F.
- C) V – F – F.
- D) F – V – F.
- E) F – V – V.

12. Um servidor da Polícia Civil, que exerce as funções de escrivão, está trabalhando em um microcomputador com Windows 10 BR. Na Área de Notificação, existente no canto inferior direito da tela do monitor, ele acionou dois ícones, com as funções descritas a seguir:

- I. Para acessar os recursos da internet via conexão *wi-fi*.
- II. Para remover e ejetar mídia com segurança, como no caso de uso de um pendrive.
- III. Para acessar os recursos do OneDrive, o serviço de computação em nuvem da Microsoft.

Por padrão, os ícones a serem acionados em I, em II e em III são, respectivamente,

- A)   e .
- B)   e .
- C)   e .
- D)   e .
- E)   e .

13. Com relação à tecnologia da informação e segurança de dados, dois termos no contexto da internet são definidos a seguir:

- I. É o tipo de fraude por meio da qual um golpista tenta obter dados pessoais e financeiros de um usuário, pela utilização combinada de meios técnicos e engenharia social. Enquanto uma das formas desta fraude ocorre por meio do envio de mensagens eletrônicas que tentam se passar pela comunicação oficial de uma instituição conhecida, como um banco, uma empresa ou um site popular, outra procura atrair a atenção do usuário, seja por curiosidade, por caridade ou pela possibilidade de obter alguma vantagem financeira.
- II. É uma mensagem que possui conteúdo alarmante ou falso e que, geralmente, tem como remetente, ou aponta como autora, alguma instituição, empresa importante ou órgão governamental. Por meio de uma leitura minuciosa de seu conteúdo, normalmente, é possível identificar informações sem sentido e tentativas de golpes, como correntes e pirâmides.

Esses termos são definidos, respectivamente, como

- A) *phishing* e *rootkit*.
- B) *phishing* e *hoax*.
- C) *phishing* e *ransomware*.
- D) *sniffing* e *hoax*.
- E) *sniffing* e *rootkit*.

14. Um tipo de rede social funciona baseada em geolocalização, que, assim como outras redes do mesmo tipo, utiliza os dados fornecidos pelo GPS do computador ou dispositivo móvel do usuário para registrar e fazer check-in nos lugares por onde ele passa. Este tipo de rede social é denominada

- A) viber.
- B) qzone.
- C) tiktok.
- D) snapchat.
- E) foursquare.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

15. Um escrivão lotado na Polícia Civil do Estado do Ceará está digitando um texto, inicialmente com alinhamento à esquerda, no software Writer da suíte LibreOffice 7.1.4.2 (64bits) versão pt-BR, e realizou um procedimento, descrito a seguir:

- I. selecionou todo o texto por meio da execução de um atalho de teclado; e
- II. para finalizar, acionou um ícone da Faixa de Opções, que resultou na formatação do texto com alinhamento justificado.

O atalho de teclado e o ícone são, respectivamente,

- A) Ctrl+A e 
- B) Ctrl+A e 
- C) Ctrl+W e 
- D) Ctrl+T e 
- E) Ctrl+T e 

16. A planilha da figura abaixo foi criada no aplicativo Calc da suíte LibreOffice 7.1.4.2 (64bits) versão pt-BR. Nela foram executados os procedimentos descritos a seguir:

- I. Nas células F8, F9, F10 e F11 foram inseridas expressões usando a função SOMASE para determinar a quantidade de horas trabalhadas pelos inspetores JUSSARA, NILTON, PAULO e WANDA, respectivamente, usando o conceito de referência absoluta.
- II. Para finalizar, foi inserida em F18 uma expressão que apresenta o total de horas trabalhadas no trimestre por esses inspetores, por meio da adição dos valores mostrados nas células de F8 a F11.

	A	B	C	D	E	F
1						
2						
3						
4						
5						
6	MÊS	NOME	HORAS	RESUMO – INSPETORES		
7	MAIO	JUSSARA	240	MÊS	TOTAL DE HORAS	
8		NILTON	223	JUSSARA	642	
9		PAULO	267	NILTON	626	
10		WANDA	210	PAULO	685	
11	JUNHO	JUSSARA	189	WANDA	631	
12		NILTON	192			
13		PAULO	199			
14		WANDA	200			
15	JULHO	JUSSARA	213			
16		NILTON	211			
17		PAULO	219			
18		WANDA	221			2584

Nessas condições, as expressões inseridas nas células F9 e F18 são, respectivamente,

- A) =SOMASE(&B&7:&B&18;E9;&C&7:&C&8) e =SOMA(F8;F11).
- B) =SOMASE(&B&7:&B&18;E9;&C&7:&C&8) e =SOMA(F8;F11).
- C) =SOMASE(#B#7:#B#18;E9;#C#7:#C#8) e =SOMA(F8;F11).
- D) =SOMASE(\$B\$7:\$B\$18;E9;\$C\$7:\$C\$8) e =SOMA(F8;F11).
- E) =SOMASE(\$B\$7:\$B\$18;E9;\$C\$7:\$C\$8) e =SOMA(F8;F11).

17. Todos os arquivos e diretórios do sistema Linux instalado no computador partem de uma única origem, o diretório raiz, e, mesmo que estejam armazenados em outros dispositivos físicos, é a partir do diretório raiz – representado pela barra (/) – que um usuário poderá acessá-los. Nesse contexto, dois diretórios são caracterizados a seguir:

- I. Armazena os arquivos de configuração que podem ser usados por todos os softwares, além de scripts especiais para iniciar ou interromper módulos e programas diversos. É nesse diretório que se encontra, por exemplo, o arquivo *resolv.conf*, com uma relação de servidores DNS que podem ser acessados pelo sistema, com os parâmetros necessários para isso.
- II. Armazena as bibliotecas usadas pelos comandos presentes em */bin* e */sbin*. Normalmente, os arquivos de bibliotecas possuem "extensão" *so*.

Os diretórios caracterizados em I e em II são, respectivamente,

- A)  e .
- B)  e .
- C)  e .
- D)  e .
- E)  e .

18. Com relação às funcionalidades e aos recursos do aplicativo Impress da suíte LibreOffice 7.1.4.2 (64bits) versão pt-BR, analise as afirmativas a seguir:

- I. Por *default*, salva as apresentações de slides em arquivos em um formato padrão com extensão *odi*.
- II. Para realizar a apresentação de slides a partir do primeiro, deve-se executar um atalho de teclado que corresponde a pressionar a tecla de função F5 e, a partir do atual, deve-se executar o atalho de teclado Shift+F5.



- III. O uso do ícone  destina-se a inserir um hiperlink em um slide da apresentação, de modo a possibilitar a chamada e uma URL referente à homepage de um site.

Assinale

- A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

19. Na navegação em sites na internet por meio do browser Google Chrome 92.0.4515.107 (64 bits) em português, um escrivão que trabalha na Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará configurou a URL <https://www.google.com> do Google como homepage inicial e, em seguida, após navegar por diversos sites, realizou dois procedimentos, descritos a seguir:

- I. executou um atalho de teclado para mostrar o site configurado como homepage inicial, *a priori*; e
- II. após realizar várias buscas, acionou um ícone por meio do mouse, para recarregar a página atual.

O atalho de teclado executado em I e o ícone acionado em II foram, respectivamente,

- A) Alt+Home e .
- B) Alt+F10 e .
- C) Alt+Home e .
- D) Alt+F10 e .
- E) Alt+Home e .



20. No contexto da tecnologia da informação e segurança de dados, um incidente de segurança é conceituado como a ocorrência de um evento que pode causar interrupções nos processos de negócio. Nesse sentido, dois termos relacionados à ocorrência dos incidentes de segurança da informação são definidos a seguir:

- I. É um tipo de ataque potencial a um ativo da informação, constituindo-se em um agente externo que, aproveitando-se da vulnerabilidade, pode quebrar um ou mais princípios da segurança da informação. É a causa potencial de um incidente indesejado, que pode resultar em um dano a um sistema em uma organização.
- II. É a chance de uma falha de segurança ocorrer, considerando-se as vulnerabilidades do ativo e as ameaças que venham a explorar essas vulnerabilidades.

Os termos definidos em I e II são conhecidos, respectivamente, como

- A) Ataque e Impacto.
- B) Impacto e Vulnerabilidade.
- C) Vulnerabilidade e Ameaça.
- D) Ameaça e Probabilidade.
- E) Probabilidade e Ataque.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

21. Paula, primária e de bons antecedentes, praticou delito de tráfico de drogas em 10/11/2006 e por tal delito foi condenada a 9 anos de reclusão em regime inicial fechado. No tocante às regras da progressão de regime e levando em conta a natureza do delito em análise, bem como o entendimento jurisprudencialmente consolidado sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) Paula poderá progredir para o regime semiaberto após cumprir ao menos 2/5 da pena.
- B) Paula poderá progredir para o regime semiaberto após cumprir ao menos 3/5 da pena.
- C) Paula poderá progredir para o regime semiaberto após cumprir ao menos 1/6 da pena.
- D) Paula poderá progredir para o regime semiaberto após cumprir ao menos 50% da pena.
- E) Paula não poderá progredir de regime de cumprimento de pena.

22. João foi preso em flagrante por furto de sinal de TV a cabo. Sua conduta foi tipificada no delito descrito no art. 155, §3º, do Código Penal, *in verbis*: “Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel. (...) Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.”

Nesse sentido, segundo o entendimento do Superior Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta.

- A) A tipificação dada está equivocada, pois, com base no princípio da legalidade, é vedada analogia *in malam partem*.
- B) A tipificação dada está correta, sendo possível analogia ao tipo penal descrito, pois onde há a mesma razão, deve haver a mesma disposição.
- C) A tipificação dada está equivocada; a conduta de João é atípica, não estando descrita no ordenamento.
- D) A tipificação dada está equivocada, pois ainda incidirá a qualificadora de o crime ser cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático.
- E) A tipificação dada está correta; o princípio da legalidade foi respeitado, justamente a legalidade material, que determina a observância da *mens legis*.

23. Nos termos da lei, ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime. A esse fenômeno, denomina-se *abolitio criminis*. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- A) A *abolitio criminis* descriminaliza conduta antes tipificada pela lei penal. Não se trata, contudo, de hipótese de extinção de punibilidade, mas de *novatio legis in melius*, que deve retroagir a todos.
- B) A *abolitio criminis* descriminaliza conduta antes tipificada pela lei penal. Tem como efeito a extinção de punibilidade e retroage a todos, fazendo cessar os efeitos penais de eventual sentença condenatória. Os efeitos civis, contudo, permanecem.
- C) A *abolitio criminis* descriminaliza conduta antes tipificada pela lei penal. Como se trata de *novatio legis in melius*, faz cessar todos os efeitos, penais e civis, de eventual sentença condenatória.
- D) Em hipótese de *abolitio criminis*, o indivíduo que porventura esteja cumprindo pena privativa de liberdade pelo delito objeto da descriminalização da conduta, deverá ser imediatamente posto em liberdade. Todavia, perderá sua primariedade.
- E) Em hipótese de *abolitio criminis*, aquele que já cumpriu pena pelo delito objeto da descriminalização nada poderá aproveitar, pois sua extinção de punibilidade já se deu pelo efetivo cumprimento de sua pena.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

24. Kátia, objetivando a morte de Dante e Getúlio, atea fogo no carro em que estavam as vítimas; ambos morreram carbonizados. Relativamente à conduta de Kátia, assinale a alternativa correta.

- A) Kátia agiu em concurso material de delitos, e as penas deverão ser somadas.
- B) Kátia agiu em continuidade delitiva e será aplicada a maior das penas, se diferentes, ou qualquer uma, se iguais, com aumento de 1/6 a 2/3.
- C) Kátia agiu em concurso formal de delitos, e as penas deverão ser somadas.
- D) Kátia agiu em concurso formal de delitos e será aplicada a maior das penas, se diferentes, ou qualquer uma, se iguais, com aumento de 1/6 à metade.
- E) Kátia agiu em concurso material de delitos e será aplicada a maior das penas, se diferentes, ou qualquer uma, se iguais, com aumento de 1/6 à metade.

25. Alexandre praticou, em 30/10/2019, delito de furto com emprego de explosivo. E por tal crime foi denunciado no dia 10/11/2019, com recebimento da inicial acusatória ocorrida no mesmo dia. Após a instrução criminal, foi condenado. Na sentença, datada do dia 14/12/2020, o juiz apontou a hediondez do delito e levou em consideração essa informação na fixação da pena.

Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- A) O juiz agiu corretamente ao ter considerado a hediondez do delito, pois, embora o caráter hediondo do delito tenha vindo após a conduta de Alexandre, não altera a tipificação do crime.
- B) O juiz não poderia ter considerado a hediondez do delito, visto que a inserção do furto com emprego de explosivo na lei de crimes hediondos ocorreu após a conduta de Alexandre.
- C) O furto com emprego de explosivo não é crime hediondo, apenas o roubo com emprego de explosivo.
- D) O juiz não agiu corretamente, mas o caráter hediondo do delito praticado por Alexandre poderá influenciar na execução da pena, para fins de progressão de regime, por exemplo.
- E) O juiz agiu corretamente e, além disso, a hediondez do delito praticado por Alexandre também poderá influenciar na execução da pena, para fins de progressão de regime, por exemplo.

26. Maria e João emanciparam o filho Gabriel, de 17 anos, por considerarem-no bastante maduro para a idade. Gabriel, por sua vez, objetivando economizar dinheiro, adquire um aparelho de telefone celular de última geração do amigo Lucas, que tem 18 anos, por R\$100,00 (cem reais), sabendo que o objeto é produto de crime.

Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- A) Gabriel, por ser emancipado, responde por crime de receptação.
- B) A emancipação de Gabriel não impedirá sua responsabilização na seara criminal, devendo ser processado por delito de receptação.
- C) Gabriel, mesmo emancipado, não responderá por crime de receptação.
- D) A emancipação de Gabriel impedirá sua responsabilização por ato infracional análogo ao delito de receptação.
- E) Gabriel não praticou conduta penalmente relevante; seu amigo Lucas é o único que responderá por delito de contrabando.

27. Jéssica, 19 anos, mãe solo de Brian, 2 anos, após colocar o filho para dormir e, certificando-se de que a criança estava em sono profundo, sai de casa deixando o menor sozinho para ir a uma festa. Infelizmente, enquanto Jéssica estava fora de casa, a residência pega fogo e Brian morre carbonizado.

Nessa hipótese, assinale a alternativa que corresponde à responsabilidade penal de Jéssica.

- A) homicídio praticado com dolo eventual
- B) abandono de incapaz qualificado pelo resultado morte
- C) homicídio culposo
- D) omissão de socorro
- E) infanticídio

28. Aquele que, com intenção de estuprar uma mulher, mantém com ela, sob coação, relação sexual e, após encerrada a prática delituosa do estupro, resolve matar a vítima, desferindo contra ela facadas que provocam excessiva perda de sangue, sendo causa da morte conforme laudo pericial, responderá por delito de

- A) estupro em concurso formal com delito de homicídio.
- B) estupro qualificado pelo resultado morte.
- C) estupro em concurso material com delito de homicídio.
- D) estupro em concurso material com lesão corporal seguida de morte.
- E) estupro apenas; o delito de homicídio será absorvido pelo estupro.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

29. Ricardo praticou delito previsto em lei penal temporária no dia 6/8/2014 e por tal crime foi denunciado no dia 29/8/2014. A denúncia foi recebida em 3/9/2014. Em audiência una de instrução e julgamento, ocorrida em 7/4/2015, a defesa de Ricardo sustentou tese de *abolitio criminis* e conseqüente hipótese de extinção de punibilidade de Ricardo, ao argumento de que a lei que criminalizava a conduta teve vigência apenas de 5/6/2012 até 31/12/2014; assim, na data da audiência, a conduta imputada ao réu já seria atípica. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- A) A defesa de Ricardo tem razão; de fato, ocorreu *abolitio criminis*, motivo pelo qual a absolvição se impõe.
- B) Não é hipótese de *abolitio criminis*, mas de verdadeira descriminalização, o que impõe absolvição pela extinção de punibilidade.
- C) Não se trata de lei penal temporária, mas sim de lei penal excepcional, que perdurou enquanto duraram as circunstâncias excepcionais que determinaram sua edição. Ela continuará a ser aplicada.
- D) A defesa de Ricardo não está com razão. Embora seja hipótese de lei penal temporária e tendo decorrido o período de sua duração, ela continuará a ser aplicada aos fatos ocorridos sob sua vigência.
- E) Quer se trate de lei penal temporária, quer se trate de lei penal excepcional, a absolvição de Ricardo é medida que se impõe, pois a lei penal não retroage, salvo em benefício do réu, tal como deve correr na hipótese.

30. Turista estrangeiro que chega ao Brasil portando munição, sem saber que sua conduta é proibida pelo ordenamento jurídico brasileiro, poderá alegar ausência de

- A) culpabilidade pela falta de potencial consciência da ilicitude da conduta.
- B) ilicitude pelo exercício regular de direito.
- C) tipicidade pela falta de dolo.
- D) culpabilidade pela inexigibilidade de conduta diversa.
- E) conduta penalmente relevante.

31. Janaína está grávida de dez semanas e deseja praticar um aborto. Ela descobre que está próximo à costa brasileira, mas em espaço classificado como “alto-mar”, o navio de uma ONG holandesa que viaja pelo mundo fornecendo informações, contraceptivos e realizando abortos seguros em gestações de até doze semanas, nos termos da legislação holandesa. Para tanto, Janaína aluga uma embarcação privada e sai do porto de Santos-SP com destino ao navio da mencionada organização não governamental, que está ancorado a vinte milhas náuticas da costa brasileira. Ali, de forma livre e consciente, Janaína realiza o aborto. Na volta, ao descer da embarcação alugada, já em solo brasileiro, Janaína é presa pela Polícia Federal pela prática de delito de aborto, sendo certo que ela confessa toda a sua conduta.

Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- A) Janaína pode ser responsabilizada pelo delito de aborto segundo a lei penal brasileira, pois a execução começou a se dar no território nacional, já que ela alugou um barco com essa finalidade.
- B) Janaína não praticou crime algum. O aborto foi cometido fora do território nacional, mais precisamente em território holandês, pois a embarcação holandesa estava em alto-mar. Dessa forma, Janaína não pode ser responsabilizada pela lei penal brasileira na hipótese.
- C) Como Janaína alugou uma embarcação privada para dirigir-se até o navio da ONG, considera-se que o início da execução do delito se deu em território nacional; portanto, a lei penal brasileira é aplicável, e Janaína poderá responder pelo delito de aborto.
- D) Houve crime de aborto e Janaína poderá ser responsabilizada por ele, mesmo tendo sido praticada, a conduta, a bordo de um navio privado de bandeira holandesa, pois, como a embarcação é privada, aplica-se a lei penal brasileira.
- E) Como a embarcação é privada e estava em alto-mar, vale a lei penal brasileira, razão pela qual Janaína poderá ser responsabilizada pelo delito de aborto desde que a Holanda não resolva processá-la criminalmente pelo fato.



32. Jane e Breno objetivam matar Marly por envenenamento. Dessa forma, Jane adiciona uma dose do veneno X na sopa de Marly e, posteriormente, Breno adiciona uma dose do veneno Y no suco da vítima. Toda a ação foi combinada entre ambos. Tanto a sopa quanto o suco são ingeridos pela vítima em uma mesma refeição e, cerca de três horas após, Marly vem a falecer. A perícia constata, no respectivo exame, que a morte da vítima se deu pela ação conjunta dos venenos X e Y, deixando claro que, isoladamente, nenhum dos venenos seria capaz de matar a vítima, apenas a ação conjunta deles o faria, o que efetivamente ocorreu.

Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- A) Jane e Breno responderão a título de tentativa pelo delito de homicídio doloso qualificado praticado em concurso de agentes.
- B) Jane e Breno responderão por homicídio culposo consumado praticado em concurso de agentes.
- C) Jane e Breno responderão por homicídio doloso qualificado consumado, mas sem a incidência do concurso de agentes.
- D) Jane e Breno responderão pelo homicídio doloso qualificado consumado praticado em concurso de agentes.
- E) Jane e Breno responderão a título de tentativa pelo delito de homicídio doloso qualificado, mas sem a incidência do concurso de agentes.

33. Segundo a Teoria da Tipicidade Conglobante, aquele que atua em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular do direito

- A) não pratica crime, pois, embora o fato seja típico, não há ilicitude na conduta.
- B) não pratica crime, pois ausente a culpabilidade em decorrência da inexigibilidade de conduta diversa.
- C) pratica fato típico, ilícito, culpável, mas não punível por questões de política criminal.
- D) fica isento de pena por questões de política criminal.
- E) não pratica crime, pois o fato sequer seria típico, tendo em vista que o agente não atuou antinormativamente.

34. Considere que em determinada situação o prazo decadencial de seis meses para oferecimento de queixa-crime comece a correr em 8/1/2021, uma sexta-feira. Considere também que, em outra situação, o prazo da prescrição da pretensão executória de determinado delito seja de três anos e comece a correr em 19/7/2018 (quinta-feira), estando o condenado foragido.

Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- A) Na primeira situação, a queixa-crime deverá ser oferecida até o dia 7/7/2021 (quarta-feira), sob pena de decadência, e, na segunda situação, o condenado poderá ser capturado até o dia 19/7/2021 (segunda-feira) para começar a cumprir a pena.
- B) Na primeira situação, a queixa-crime poderá ser oferecida até o dia 8/7/2021 (quinta-feira), e, na segunda situação, o condenado poderá ser capturado até o dia 19/7/2021 (segunda-feira) para começar a cumprir a pena.
- C) Na primeira situação, a queixa-crime deverá ser oferecida até o dia 12/7/2021 (segunda-feira), sob pena de decadência, e, na segunda situação, o condenado poderá ser capturado até o dia 20/7/2021 (terça-feira) para começar a cumprir a pena.
- D) Na primeira situação, a queixa-crime poderá ser oferecida até o dia 7/7/2021 (quarta-feira), e, na segunda situação, o condenado poderá ser capturado até o dia 18/7/2021 (domingo) para começar a cumprir a pena.
- E) Na primeira situação, a queixa-crime deverá ser oferecida até o dia 12/7/2021 (segunda-feira), sob pena de decadência, e, na segunda situação, o condenado poderá ser capturado até o dia 19/7/2021 (segunda-feira) para começar a cumprir a pena.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

35. Rita é trabalhadora rural no interior do nordeste brasileiro e, já sendo mãe solo de três filhos, todos menores de seis anos de idade, um deles portador de microcefalia, descobre que está grávida pela quarta vez. Não bastasse isso, Rita ainda descobre que o bebê dessa gestação também é portador de microcefalia. Desesperada, pois já vive abaixo da linha da pobreza, Rita percebe que não terá como sustentar e dar a atenção necessária à outra criança que vai nascer, razão pela qual pratica um aborto.

Nessa hipótese, a respeito da situação de Rita, é correto afirmar que é possível alegar

- A) que Rita agiu no exercício regular de um direito, o que exclui a ilicitude da conduta.
- B) a tese de que Rita agiu em legítima defesa, o que exclui a ilicitude da conduta.
- C) que não houve dolo na conduta de Rita, o que exclui a tipicidade da conduta.
- D) uma causa supralegal de inexigibilidade de conduta diversa, o que exclui a culpabilidade.
- E) o perdão judicial, que vai isentar Rita de pena.

36. Em 2018, Caio ficou preso cautelarmente por conta de um processo criminal que apurava eventual prática de crime de extorsão, mas, após a instrução criminal e decorrido um ano da prisão cautelar, Caio foi absolvido desse processo, em 2019. Paralelamente a isso, Caio respondia a outro processo, que apurava prática de crime de roubo (praticado em 2017), sendo que, em relação a esse processo do roubo, não pendia nenhuma medida cautelar contra Caio. Todavia, em relação ao delito de roubo, Caio foi condenado a oito anos de reclusão, em sentença publicada em 2020.

Nessa hipótese, assinale a alternativa correta tendo em vista o entendimento dos tribunais superiores acerca do tema.

- A) Não poderá haver desconto do tempo de prisão cautelar relativo ao processo por delito de extorsão no tempo de pena imposta relativo ao processo por delito de roubo.
- B) Não há nenhum benefício de execução penal que possa ser solicitado em favor de Caio relativamente à condenação pelo delito de roubo.
- C) Os tribunais superiores já pacificaram entendimento no sentido de que não cabe detração em processos distintos.
- D) O tempo de prisão cautelar relativo ao processo por delito de extorsão poderá ser descontado do tempo de pena imposta relativo ao processo por delito de roubo.
- E) Os tribunais superiores já pacificaram entendimento no sentido de que é possível, sim, detração em processos distintos desde que a prisão cautelar seja anterior ao crime pelo qual a pessoa foi condenada.

37. Tassiana, com o objetivo de induzir Rogério a praticar suicídio, diz-lhe que os problemas pelos quais ele passa não têm solução e que apenas a morte daria o conforto necessário, entre outras afirmações. Efetivamente induzido pelas palavras de Tassiana, Rogério, com intenção de suicidar-se, atira-se da janela de seu apartamento, localizado no terceiro andar de um prédio residencial. Ocorre que a queda de Rogério é amortecida pelo toldo do apartamento de baixo, bem como pela rede de proteção do edifício, que estava passando por obras na fachada. Rogério sofre apenas lesões corporais de natureza leve. Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- A) Tassiana responderá por tentativa de homicídio.
- B) Tassiana responderá por tentativa de induzimento ou instigação ao suicídio.
- C) Tassiana responderá por lesão corporal dolosa.
- D) Tassiana responderá por induzimento ou instigação ao suicídio na modalidade consumada.
- E) Tassiana não responderá por crime algum.

38. Breno foi preso em flagrante de posse de uma unidade de munição de uso permitido (calibre .9mm), desacompanhada de arma de fogo compatível com sua utilização. Nesse sentido, com base no entendimento mais recente do STF acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- A) Incide o princípio da insignificância, causa supralegal de exclusão da tipicidade penal em sua dimensão material. A conduta, portanto, não é típica.
- B) A conduta é típica formal e materialmente, mas não haverá responsabilização penal em virtude do exercício regular do direito.
- C) A conduta é típica, antijurídica e culpável, mas não punível pelo princípio da insignificância.
- D) Não incide o princípio da insignificância, pois o delito é crime de dano, e, portanto, a lesão é presumida.
- E) A conduta é atípica formalmente, sendo certo que a atipicidade formal está respaldada no princípio da insignificância.

39. Em recente decisão, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que pena cumprida em condição indigna deve ser contada em dobro. Tal decisão, até então inédita, pode ser lastreada, precipuamente, no princípio da

- A) presunção de inocência.
- B) legalidade.
- C) intervenção mínima do direito penal.
- D) insignificância.
- E) humanidade da pena e dignidade da pessoa humana.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

40. Rafael conta a Sandra que tem intenção de matar Raimundo e pede opinião da amiga. Sandra, que secretamente desejava a morte dessa mesma pessoa, incentiva que Rafael pratique delito de homicídio contra Raimundo. Influenciado pelas palavras de Sandra, Rafael chama Raimundo para sair com o objetivo de matá-lo. Todavia, poucas horas antes, Rafael desiste e manda mensagem para Raimundo desmarcando o encontro.

Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- A) Rafael e Sandra devem responder por tentativa de homicídio praticado em concurso de pessoas.
- B) Nem Rafael nem Sandra poderão ser responsabilizados penalmente.
- C) Apenas Rafael deve responder por tentativa de homicídio.
- D) Caso Rafael viesse, efetivamente, a matar Raimundo, Sandra poderia ser considerada coautora do delito.
- E) Apenas Sandra deve responder pelo delito de tentativa de homicídio, a título de participação, pois Rafael beneficia-se da desistência voluntária.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

41. Paula praticou delito de lesão corporal no dia 20/5/2015, tendo firmado com o Ministério Público, em 30/4/2016, uma transação penal, devidamente homologada pelo juízo competente. No dia 10/11/2017, Paula praticou contravenção penal de jogo do bicho, tendo sido condenada por referido delito em 18/10/2018, sendo que o trânsito em julgado dessa condenação se deu em 5/11/2018. No dia 28/8/2019, Paula praticou delito de extorsão e por tal delito foi condenada em sentença prolatada no dia 14/12/2020. Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- A) O juiz, na sentença relativa ao delito de extorsão, deve considerar Paula reincidente.
- B) A transação penal aceita por Paula, em que pese não gerar condenação, importa para fins de reincidência.
- C) Na sentença relativa ao delito de extorsão, Paula não poderá ser considerada reincidente.
- D) A condenação pela contravenção penal de jogo do bicho é capaz de gerar reincidência para Paula no tocante ao delito de extorsão.
- E) Paula apenas será considerada reincidente se praticar outro crime após data do delito de extorsão.

42. Bruno extraiu de uma área de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia e outras espécies de minerais. Cerca de um mês após a consumação do delito, Bruno arrependeu-se de sua conduta e, espontaneamente, reparou o dano.

Nessa hipótese, é correto afirmar que o arrependimento de Bruno

- A) é capaz de desconstituir o delito.
- B) não será capaz de influenciar na pena a ser imposta pelo delito.
- C) constitui circunstância atenuante de pena.
- D) extinguirá sua punibilidade.
- E) por ter sido eficaz, será capaz de gerar o perdão judicial.

43. Leia as afirmativas abaixo e assinale aquela que **NÃO** apresenta prática de contravenção penal.

- A) Frederico, para satisfazer sua lascívia e sem a anuência da vítima, no interior de um ônibus em movimento e aproveitando-se do fato de o coletivo estar cheio, esfrega suas partes íntimas contra o corpo de Bárbara.
- B) José mora em um condomínio residencial de casas e tem a posse legítima de uma arma de fogo devidamente registrada e legalizada. Certo dia José, por brincadeira, vai ao quintal de sua casa e efetua com a arma um disparo.
- C) Lucas, dono de um cão extremamente feroz e agressivo, deixa o animal solto no quintal de casa, com o portão aberto, omitindo-se no dever de guardá-lo com a devida cautela.
- D) Estela, estando de férias, dirige pelo rio São Francisco uma embarcação a motor, sem ser devidamente habilitada.
- E) Bruno serve bebida alcoólica a Débora, sabendo que ela já se encontrava em estado avançado de embriaguez.

44. Aparecida é dona de um restaurante e dispôs como regra em seu estabelecimento comercial a recusa no atendimento de clientes de raça negra ou cor preta. Nessa hipótese, Aparecida pratica

- A) crime de injúria preconceituosa.
- B) um indiferente penal, mas terá responsabilidade civil e caberá indenização.
- C) crime de racismo.
- D) crime contra as relações de consumo.
- E) crime de calúnia preconceituosa.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

45. Acerca da Lei 13.620/2016, que disciplina o terrorismo, assinale a alternativa correta.
- A) Configura ato de terrorismo sabotar o funcionamento de instituições bancárias com o objetivo de provocar terror social, servindo-se de mecanismos cibernéticos.
 - B) Não constitui crime de terrorismo realizar atos preparatórios de terrorismo com o propósito de consumir tal delito, pois cogitação e atos preparatórios não são puníveis.
 - C) Para a prática de terrorismo exige-se a atuação de mais de um indivíduo.
 - D) É possível tipificação de terrorismo à conduta coletiva de pessoas em manifestações políticas com propósitos reivindicatórios.
 - E) Aquele que presta auxílio a organização terrorista não pratica crime descrito na Lei 13.620/2016.
-
46. Acerca da Lei 9.613/1998 e consoante entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.
- A) O processo e o julgamento pelo crime de lavagem de dinheiro ficam condicionados ao julgamento das infrações penais antecedentes.
 - B) A infração penal antecedente não influencia na fixação da competência do delito de lavagem de capitais.
 - C) Para o crime de lavagem de capitais, precisam estar presentes, cumulativamente, a colocação, a integração e a ocultação.
 - D) Sendo o delito de lavagem de dinheiro crime material, somente se consuma se os valores forem efetivamente introduzidos no sistema financeiro.
 - E) O delito de lavagem de dinheiro só admite a modalidade dolosa.
-
47. Acerca da investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, assinale a alternativa que apresente a correta informação de acordo com a Lei 12.830/2013.
- A) O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito, sendo essencial a inscrição do bacharel na Ordem dos Advogados do Brasil.
 - B) O indiciamento, ato privativo do delegado de polícia, deve ser fundamentado. Além disso, também é essencial a indicação de autoria, materialidade e circunstâncias, mediante análise técnico-jurídica do fato.
 - C) É defeso ao delegado, durante a investigação, requerer perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.
 - D) O indiciamento é ato conjunto do delegado de polícia com o membro do Ministério Público, ambos responsáveis pela condução do inquérito policial.
 - E) O delegado de polícia poderá ser removido a partir de critérios de conveniência e oportunidade da Administração, sem a necessidade de fundamentação.
-
48. Consoante entendimento dos tribunais superiores acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.
- A) Se um adolescente for flagrado, dentro de um bar, comprando e consumindo bebida alcoólica, poderá sofrer aplicação de medida socioeducativa.
 - B) Configura crime único de corrupção de menores o agente, maior de idade, que pratica infração penal juntamente com dois menores de 18 anos.
 - C) A montagem fotográfica que simula a participação de adolescente em cena de sexo explícito não é tipificada; apenas o seria se a simulação fosse em vídeo.
 - D) O proprietário do estabelecimento comercial em que ocorre a venda de bebida alcoólica a menor de 18 anos, mesmo que desconheça essa prática, responde criminalmente por delito previsto no ECA.
 - E) Para a configuração do delito de corrupção de menores não se exige que a vítima tenha, efetivamente, se corrompido, pois o delito em análise é classificado como formal.
-
49. Claudio, engenheiro de 45 anos, mora com a esposa Ana, enfermeira de 43 anos, e com a filha Laura, estudante universitária de 20 anos. Certo dia, durante uma briga com a filha, Cláudio desferiu contra esta um soco no rosto, causando em Laura lesões corporais de natureza leve devidamente verificadas por exame pericial. Na data dos fatos, Ana estava fora de casa, trabalhando, e só tomou conhecimento do ocorrido ao retornar no dia seguinte.
- Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.
- A) É cabível a suspensão condicional da execução da pena, desde que preenchidos os requisitos previstos no art. 77 do Código Penal.
 - B) É cabível transação penal, pois, como a lesão se deu entre pai e filha, não está alcançada pela Lei Maria da Penha.
 - C) É cabível a suspensão condicional do processo, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei.
 - D) Não se aplica a Lei Maria da Penha ao caso, e sim o Código Penal, pois, como a lesão foi perpetrada pelo pai contra a filha, a situação está fora do escopo e da abrangência da lei específica.
 - E) É cabível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

50. Com as alterações trazidas pela Lei 13.964/2019, conhecida como “Pacote Anticrime”, institutos da Lei de Execuções Penais sofreram alterações significativas, tais como a progressão de regime e o livramento condicional.

Nesse sentido, analise as situações a seguir e assinale a alternativa correta.

- A) Aquele que pratica crime hediondo com resultado morte, se for reincidente, não poderá progredir de regime de cumprimento de pena.
- B) Apenas o reincidente não poderá obter livramento condicional se praticar crime hediondo com resultado morte.
- C) Aquele que pratica crime hediondo ou equiparado a hediondo, se for primário, poderá obter a progressão de regime de cumprimento de pena após cumprir ao menos 50% da pena.
- D) Aquele que pratica crime hediondo com resultado morte não poderá obter livramento condicional, seja primário ou reincidente.
- E) Aquele que pratica crime hediondo sem violência ou grave ameaça à pessoa, desde que primário, poderá progredir de regime de cumprimento de pena após cumprir ao menos 25% da pena.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

51. Durante investigação policial realizada para a elucidação de fatos relacionados à prática de crimes promovidos por uma grande organização criminosa, o policial Fábio, que estava acompanhando os delitos praticados por membros de tal organização, foi autorizado pelo Magistrado a retardar a prisão em flagrante em relação a alguns criminosos membros da organização e casos específicos relatados na decisão judicial, a fim de que a medida legal se concretizasse no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações. Nesse cenário, a Lei 12.850/13 previu expressamente alguns meios de obtenção de prova, conforme se observa nas alternativas a seguir, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- A) captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos
- B) equipamentos e técnicas modernas de detecção e de repressão, para a realização de vigilância eletrônica e de entregas vigiadas
- C) acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados
- D) acesso a informações eleitorais ou comerciais
- E) infiltração, por policiais, em atividade de investigação

52. A Lei 13.964/2019, entre as várias alterações na legislação, incluiu o artigo 3º-A no Código de Processo Penal, com a seguinte redação: “O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.” Portanto, desde a alteração supracitada, está expressa na legislação processual a escolha pelo sistema processual acusatório. Nas alternativas a seguir, enumeraram-se algumas características desse sistema, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- A) separação entre as funções de acusar, julgar e defender
- B) os princípios do contraditório e da ampla defesa que informam todo o processo
- C) a possibilidade de o juiz produzir provas para dirimir dúvidas
- D) a publicidade dos atos processuais como regra
- E) a imparcialidade do julgador (o juiz fica equidistante do conflito de interesses instaurado entre partes)

53. Durante uma festa muito lotada, Márcio e Jorge se esbarraram sem querer, e Márcio começa a discutir com Jorge, proferindo termos e frases que caracterizariam delitos contra a honra de Jorge. Posteriormente, Jorge registra a ocorrência na Delegacia Policial e, em seguida, procura um advogado para que lhe seja esclarecido o procedimento correto a se seguir no tocante à queixa-crime. Acerca do procedimento da ação penal privada para ingresso com a queixa-crime é correto afirmar que

- A) o prazo não é decadencial, mas sim prescricional de seis meses contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o último dia.
- B) o prazo decadencial é de três meses contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o último dia.
- C) o prazo não é decadencial, mas sim prescricional de seis meses contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o último dia.
- D) o prazo decadencial é de seis meses contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o último dia.
- E) o prazo decadencial é de seis meses contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o último dia.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

54. Sérgio foi surpreendido em sua residência com a visita de agentes de polícia com um mandado de busca e apreensão determinado pelo juiz da Comarca, a fim de que fossem apreendidos instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos. Ao final de cumprimento da diligência, após a saída dos policiais, Sérgio procura um advogado para que lhe forneça informações sobre o procedimento supramencionado. A respeito do procedimento de busca e apreensão determinado pelo Código de Processo Penal, **NÃO** é correto afirmar que

- A) a busca domiciliar poderá ocorrer quando fundadas razões a autorizarem para prender criminosos e para apreender pessoas vítimas de crimes.
- B) enquanto a busca domiciliar só pode ser realizada com a expedição de mandado, a busca pessoal independe de mandado judicial.
- C) as buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.
- D) não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito.
- E) recalcitrando o morador, será permitido o emprego de força contra coisas existentes no interior da casa, para o descobrimento do que se procura.

55. Pedro se desentendeu com seu melhor amigo, José, em virtude de posições políticas antagônicas e, ao se encontrarem, Pedro, completamente descontrolado, praticou os crimes de injúria e ameaça contra José, o que foi presenciado pelo policial civil Ricardo, que passava pelo local onde os fatos ocorreram. Com base na hipótese narrada acima, em relação à prisão em flagrante, o policial civil Ricardo

- A) não poderá efetuar a prisão em flagrante, tendo em vista que os crimes são de ação penal privada.
- B) não poderá efetuar a prisão em flagrante, tendo em vista que os crimes são de ação penal pública condicionada a representação.
- C) poderá efetuar a prisão em flagrante, desde que haja manifestação de vontade da vítima, já que se trata de crimes de ação penal privada e de ação penal pública condicionada à representação, respectivamente.
- D) poderá efetuar a prisão em flagrante, desde que haja manifestação de vontade da vítima, já que se trata de crimes de ação penal pública condicionada à representação e de ação penal pública condicionada à representação privada, respectivamente.
- E) poderá efetuar a prisão em flagrante, já que presenciou o cometimento de crimes, e o instituto da prisão em flagrante nada tem a ver com o da ação penal.

56. Godofredo foi condenado pela prática de crime de estupro de vulnerável, em decisão já transitada em julgado. Durante o cumprimento de sua pena, em regular revista das celas determinada pela Administração Penitenciária, foi encontrado em sua posse aparelho telefônico que permitia a comunicação com o ambiente externo e/ou com outros presos, o que configura falta grave. O Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado várias vezes sobre o tema “falta grave durante a execução penal”. A respeito da posição do STJ, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente não configura falta disciplinar de natureza grave, por ausência de previsão legal na LEP.
- B) É necessária a individualização da conduta para reconhecimento de falta grave praticada pelo apenado em autoria coletiva, não se admitindo a sanção coletiva a todos os participantes indistintamente.
- C) O cometimento de falta disciplinar de natureza grave no curso da execução penal justifica a exigência de exame criminológico para fins de progressão de regime.
- D) A desobediência aos agentes penitenciários configura falta de natureza grave, a teor da combinação entre os art. 50, VI, e art. 39, II e V, da Lei de Execuções Penais.
- E) A falta grave pode ser utilizada a fim de verificar o cumprimento do requisito subjetivo necessário para a concessão de benefícios da execução penal.

57. Conceitua-se o flagrante delito como a prisão ocorrida no momento do cometimento do crime, no instante em que o sujeito pratica os elementos descritos no tipo penal. Portanto, ocorre a prisão em flagrante no momento em que o indivíduo é surpreendido cometendo a infração penal, seja ela tentada ou consumada. Como espécie de medida cautelar, a prisão em flagrante possui determinadas características, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- A) jurisdicionalidade
- B) provisoriedade
- C) homogeneidade
- D) acessoriedade
- E) informalidade



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

58. Carlos foi investigado pela prática de furto qualificado sendo, posteriormente, denunciado pelo Ministério Público pelos mesmos fatos. Durante a investigação, foi realizado o reconhecimento de Carlos por meio de uma fotografia dele que constava no sistema de identificação civil do Estado, desatualizada há mais de trinta anos. No curso da ação penal, o Magistrado determinou a realização do reconhecimento pessoal, da seguinte forma: como a vítima requereu ao Juiz não depor na presença do acusado, inicialmente a vítima visualizou uma foto de Carlos tirada pelo celular do serventário, confirmando ser ele; posteriormente, o Magistrado determinou que o réu ficasse atrás de uma porta e que a vítima olhasse para ele pela fresta da porta entreaberta, a fim de que fosse confirmado que era Carlos quem teria praticado o crime. Exclusivamente com essas provas, Carlos, embora negasse a autoria dos fatos, foi condenado a uma pena privativa de liberdade.

Atento ao que foi narrado, assinale a alternativa correta em relação ao procedimento de reconhecimento de pessoas.

- A) O reconhecimento de pessoas realizado em juízo está autorizado pela legislação processual e pode ser utilizado para a condenação de Carlos, pois se trata de meio lícito de prova.
- B) A validade do reconhecimento do autor de infração não está obrigatoriamente vinculada à regra processual contida no art. 226 do Código de Processo Penal, porquanto tal dispositivo veicula meras recomendações à realização do procedimento.
- C) O reconhecimento de pessoas, conforme realizado pelo Magistrado, está em desacordo com a legislação processual e é inválido, não podendo servir de lastro probatório para condenar Carlos.
- D) O reconhecimento fotográfico serve como prova apenas inicial e deve ser ratificado por reconhecimento presencial, assim que possível. E, caso elas tenham sido efetuadas sem a observância dos preceitos legais, ainda serão válidos, pois trata-se de meras recomendações legais.
- E) O reconhecimento de pessoas, da forma como foi realizado, serve para embasar a condenação de Carlos, já que a legislação processual estabelece apenas exemplos de como se realizar o procedimento.

59. A Lei de Execuções Penais – 7.210/84 – é considerada um diploma moderno, que reconhece o preso como sujeito de direitos e estabelece deveres e direitos aos condenados. A respeito das disposições legais contidas na Lei 7.210/84, **NÃO** é correto afirmar que

- A) o cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.
- B) são considerados órgãos da execução penal o Conselho da Comunidade, o Ministério Público, o Conselho Penitenciário, a Defensoria Pública, o Patronato, os Agentes Penitenciários, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Juízo da Execução e os Departamentos Penitenciários.
- C) a remissão de parte do tempo de execução da pena, por trabalho ou por estudo, será contado da seguinte forma: 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.
- D) quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas, observada, quando for o caso, a detração ou remição.
- E) a LEP se aplicará igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

60. A Lei 13.964/19 – o chamado “Pacote Anticrime” – incluiu na legislação processual penal a figura do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), no qual o Ministério Público poderá realizar o acordo com o autor do delito, desde que preenchidos os requisitos legais, ampliando-se, assim, as hipóteses da chamada justiça negociada no Processo Penal.

Em relação ao tema, observam-se os requisitos legais listados nas alternativas a seguir, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- A) A pena em abstrato deve ser inferior a 4 anos, independente se seja hipótese de transação penal de competência do JECrim.
- B) O agente não pode ser reincidente.
- C) O agente não pode ter sido beneficiado nos últimos 5 anos com o acordo de não persecução penal, transação ou suspensão condicional do processo.
- D) A acusação não pode ser crime praticado com violência ou grave ameaça contra pessoa.
- E) Não deve ser caso de arquivamento da investigação.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

61. Em 2013, foi editada a Lei 12.850, que estabeleceu a definição de organizações criminosas, crimes, procedimentos relativos a investigação criminal, meios de prova etc., revogando a antiga lei que tratava do tema – 9.034/95.

De acordo com o disposto na lei em vigor sobre o tema, assinale a alternativa que contenha o correto conceito de organização criminosa.

- A) Considera-se organização criminosa a associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- B) Considera-se organização criminosa a associação de 5 (cinco) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- C) Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 3 (três) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- D) Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- E) Considera-se organização criminosa a associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 3 (três) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

62. A doutrina conceitua a Revisão Criminal como uma “ação penal rescisória promovida originalmente perante o tribunal competente para que, nos casos expressamente previstos, seja efetuado o reexame de um processo por decisão transitada em julgado” (*Direito Processual Penal*, Paulo Rangel).

O Superior Tribunal de Justiça possui um grande acervo jurisprudencial sobre o tema.

Analisando as afirmativas a seguir, assinale a que está em **DESACORDO** com a jurisprudência do STJ.

- A) A revisão criminal não é meio adequado para reapreciação de teses já afastadas por ocasião da condenação definitiva.
- B) A justificação criminal é via adequada à obtenção de prova nova para fins de subsidiar eventual ajuizamento de revisão criminal.
- C) Não é cabível *habeas corpus* como sucedâneo recursal ou para substituir eventual revisão criminal.
- D) O julgamento superveniente da revisão criminal não prejudica a análise do *habeas corpus* anteriormente impetrado.
- E) A aplicação do princípio do *favor rei* veda a revisão criminal *pro societate*.

63. Os sujeitos processuais, por meio das provas, buscam reconstruir um fato passado a fim de influenciar o convencimento do julgador. A doutrina considera a prova um direito inerente aos direitos de acusação e de defesa. Alguns sustentam ser um direito subjetivo de índole constitucional de se estabelecer a verdade dos fatos.

Acerca do tema provas no processo penal, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O princípio da liberdade da prova determina que não há qualquer impedimento à produção de outras provas além daquelas indicadas expressamente pela legislação processual, desde que não atentem contra a moralidade e a dignidade da pessoa humana.
- B) O princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos determina que, via de regra, não se admitem provas ilícitas, devendo elas serem desentranhadas do processo.
- C) As teorias da fonte independente de prova e da descoberta inevitável foram concebidas no direito norte-americano, e doutrina e jurisprudência, de forma majoritária, admitem seu uso no Brasil.
- D) A teoria da árvore envenenada – prova ilícita por derivação – está expressa na legislação processual brasileira e considera também inadmissíveis, via de regra, as provas derivadas das ilícitas.
- E) O princípio da comunhão das provas estabelece que todas as provas, sem exceção, uma vez no processo, pertencem a todos os sujeitos processuais.



64. No curso da ação penal, Marcos foi preso preventivamente, por estarem presentes os requisitos do artigo 312 da legislação processual. Em virtude da complexidade do processo e de vários réus, a ação penal se estendeu mais do que o normal, fazendo com que Marcos atingisse o prazo temporal para obter a progressão de regime mesmo antes do trânsito em julgado da ação penal.

Nessa hipótese, é correto afirmar que

- A) desde que cumpridos os demais requisitos subjetivos, não há impedimento de Marcos obter a progressão de regime durante o cumprimento da prisão cautelar.
- B) Marcos não terá direito a progressão de regime, tendo em vista que ainda não ocorreu o trânsito em julgado definitivo da ação penal.
- C) Marcos não terá direito a progressão de regime, já que a contagem do prazo de progressão só se inicia após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- D) Marcos não terá direito a progressão de regime, já que este instituto só pode ser aplicado após o trânsito em julgado da sentença condenatória, durante a execução penal.
- E) Marcos terá direito a progressão de regime, independentemente do cumprimento dos demais requisitos subjetivos.

65. Mário estava no trabalho quando foi surpreendido pela visita de um oficial de justiça que lhe entregou a citação de uma ação penal, bem como cópia da denúncia, ressaltando, conforme descrito no mandado, que Mário teria 10 dias para apresentar a resposta preliminar à acusação, conforme determina a legislação processual. Após regular andamento processual, chegou-se ao momento do interrogatório de Mário. Acerca das disposições do CPP pertinentes ao interrogatório, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Embora o interrogatório esteja localizado topograficamente no Título VII do Código de Processo Penal relativo às provas, o interrogatório é meio de defesa.
- B) Se o interrogado não souber escrever, não puder ou não quiser assinar, tal fato será consignado no termo.
- C) A todo tempo o juiz poderá proceder a novo interrogatório desde que a pedido fundamentado de qualquer das partes.
- D) Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder a perguntas que lhe forem formuladas.
- E) Após proceder ao interrogatório, o juiz indagará das partes se restou algum fato para ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes se o entender pertinente e relevante.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

66. Analise as afirmativas a seguir, a respeito dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública:

- I. Se negar publicidade aos atos oficiais, o responsável por tal improbidade poderá ser sancionado com a suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.
- II. Se deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação, o responsável por tal improbidade poderá ser obrigado ao pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da sua remuneração.
- III. Se frustrar a licitude de concurso público, o responsável por tal improbidade deverá efetuar o ressarcimento integral do dano, mas não perderá a função pública.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

67. Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), preencha corretamente as lacunas a seguir:

Qualquer _____ poderá representar _____ para que seja instaurado(a) _____ destinado(a) a apurar a prática de ato de improbidade.

Assinale a alternativa que apresente a sequência correta dos termos empregados.

- A) cidadão – ao Tribunal de Contas – investigação
- B) pessoa – ao Tribunal de Contas – inquérito
- C) cidadão – à Polícia Civil – inquérito
- D) cidadão – ao Ministério Público – inquérito
- E) pessoa – à autoridade administrativa competente – investigação

68. No Direito Administrativo, não há um entendimento unânime se o que veio cronologicamente primeiro foi o Estado ou foi a sociedade. Atualmente, porém, é correto afirmar que a Administração Pública

- A) integra o Estado, que é um ente personalizado.
- B) pertence à sociedade, mas não ao Estado.
- C) tem vínculo moral com o Estado, mas não com a sociedade.
- D) é composta juridicamente pela sociedade, que é representada pelo Ministério Público.
- E) não pertence nem à sociedade nem ao Estado.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

69. Nas licitações públicas, é correto afirmar que o sobrepreço

- A) difere do superfaturamento e deve ser evitado no processo licitatório.
- B) beneficia legalmente o contratante.
- C) significa que a Administração Pública fixou um preço abaixo do mercado na contratação com o particular.
- D) sempre está relacionado com o valor orçado nas concorrências públicas.
- E) beneficia ilegalmente o contratante.

70. Analise as afirmativas a seguir, a respeito de eficiência, eficácia e efetividade no setor público:

- I. No setor público, o eficaz é aquilo que tem bastante efetividade sem tanta eficiência.
- II. O gestor público será considerado eficiente se, por exemplo, reduzindo os custos, conseguir o mesmo fim.
- III. Considera-se efetiva toda ação pública que teve baixo custo econômico, ainda que não precisasse ser feita para a sociedade.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

71. Acerca da Administração Pública Patrimonialista, assinale a alternativa correta.

- A) Trata-se da Administração Pública em que a *res publica* se concentra nas mãos dos governantes, sendo comum a prática da corrupção e do nepotismo.
- B) Trata-se da Administração Pública focada no gerenciamento de bens do Estado e na execução de políticas públicas universais.
- C) Trata-se da Administração Pública direcionada para promover o patrimônio nacional, sendo o Estado o ente responsável pela coordenação de todo o processo de desenvolvimento econômico capitalista.
- D) Trata-se da Administração Pública desprovida de órgãos e repartições públicas, sendo representada por entidades terceirizadas.
- E) Trata-se da Administração Pública desestatizada e desburocratizada, que concentra o patrimônio público nas mãos da elite governante.

72. A respeito dos contratos celebrados pela Administração Pública, é correto afirmar que são

- A) formais e perpétuos.
- B) solenes e inalteráveis.
- C) anuais e temporários.
- D) rescindíveis e anuláveis.
- E) anuais e anuláveis.

73. A respeito da responsabilidade do Estado pela ocorrência de danos aos particulares, analise as afirmativas a seguir:

- I. Enquanto a pretensão para a reparação do dano moral é prescritível, a pretensão para cobrança do dano material é imprescritível.
- II. A culpa da vítima exclui a responsabilidade estatal, ainda que não haja o rompimento do nexo de causalidade.
- III. No Brasil, a teoria do risco administrativo, em regra, serve de fundamento para a responsabilização objetiva do Estado.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

74. No Brasil, o combate à improbidade administrativa exige forte atuação do Poder Público, em especial do Poder Judiciário, ao qual compete aplicar as sanções aos agentes públicos ímprobos.

Nesse cenário, é possível afirmar que

- A) a legislação sobre a probidade administrativa não admite que haja a aplicação de sanções cíveis, mas sim das sanções penais, que são mais graves.
- B) os atos de improbidade administrativa, quando causam prejuízo ao erário, são tipificados como ilícitos penais.
- C) a lesão ao patrimônio, para fins de caracterização da improbidade administrativa, deve ser sempre dolosa.
- D) os atos de improbidade administrativa, quando importam em enriquecimento ilícito, são considerados contravenções penais.
- E) quando ocorrer o enriquecimento ilícito, tanto o agente público como o terceiro beneficiário perderão os bens ou valores acrescidos aos seus patrimônios.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

75. Acerca do processo administrativo, analise as afirmativas a seguir:

- I. No processo administrativo, o ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- II. Inexistem decadência e prescrição no processo administrativo.
- III. Os atos do processo administrativo devem ser sempre escritos, ficando admitido o formato em papel ou digitalizado.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

76. O delegado Madeira foi, durante mais de 20 anos, titular da Delegacia de Repressão a Fraudes Fiscais (DRFF), tendo passado a atuar, no dia 1º de janeiro de 2021, na Delegacia de Proteção à Mulher (DPM). Ocorre que, no dia 15 de janeiro de 2021, o servidor Francisco de Assis o procurou para assinar uma nomeação de cargo comissionado vinculado à DRFF, que se encontrava pendente desde o dia 10 de dezembro de 2020. Nesse caso, é correto afirmar que

- A) como a nomeação estava pendente há mais de trinta dias, o delegado Madeira deve assinar o ato de nomeação e submetê-lo ao Diretor de Gestão Interna da Polícia Civil.
- B) considerando que a assinatura estava pendente há mais de trinta dias, o delegado Madeira deve solicitar a revogação do ato de nomeação para, ato contínuo, assiná-la.
- C) o delegado Madeira deve assinar o ato de nomeação, já que se trata de ato ainda vinculado à sua competência legal.
- D) além de ser competente para assinar o ato de nomeação, o delegado Madeira pode realocar o cargo comissionado na DPM.
- E) o delegado Madeira está proibido de assinar o ato de nomeação, sob pena de viciar tal ato administrativo.

77. Sabe-se que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, como, por exemplo, o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento. Nesse caso, trata-se legalmente de dado

- A) sensível.
- B) aleatório.
- C) oculto.
- D) suspeito.
- E) anonimizado.

78. A respeito do poder de polícia, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Quando o Poder Público, restringindo direitos individuais, intervém na esfera dos interesses privados para salvaguardar o interesse público, ele atua no exercício do poder de polícia.
- B) O poder de polícia é uma prerrogativa de direito público conferida ao Estado, que vai usá-lo calcado na lei.
- C) Embora o poder de polícia vise restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade, ele não pode servir de fundamento para a instituição de tributos.
- D) Tanto a Polícia Administrativa como a Polícia Judiciária se utilizam do poder de polícia, e ambas se enquadram no âmbito da função administrativa estatal.
- E) Respeitadas as competências constitucionais, é possível que o poder de polícia seja utilizado nos três graus federativos: o federal, o estadual e o municipal.

79. Na Delegacia de Furtos e Roubos, enquanto se aguardava o conserto do aparelho de ponto eletrônico até então existente, foi temporariamente designado, por meio de Portaria, o servidor Paulo para anotar o horário de entrada e de saída dos demais servidores lotados naquela repartição, exceto do delegado titular. A respeito da situação em comento, é correto afirmar que

- A) tal controle de ponto é uma típica situação de exercício do poder de polícia.
- B) embora efetue o controle de ponto, não há nenhuma relação disciplinar e hierárquica do servidor Paulo para com os demais servidores lotados na Delegacia de Furtos e Roubos.
- C) o servidor Paulo não pode deixar de registrar o ponto do delegado titular, sob pena de incorrer em abuso de poder.
- D) o controle de ponto feito por Paulo representa o poder hierárquico que ele detém sobre os demais servidores lotados na Delegacia de Furtos e Roubos, exceto quando ao delegado titular.
- E) o servidor Paulo não pode deixar de registrar o ponto do delegado titular, sob pena de incorrer em desvio de poder.

80. Na organização do Estado brasileiro, é possível afirmar que a Presidência da República

- A) é considerada uma pessoa jurídica de direito público externo.
- B) é uma função *extra corporis*.
- C) é considerada uma pessoa jurídica de direito público interno.
- D) é uma função supra-administrativa.
- E) é um órgão pertencente à Administração Pública Direta.



NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

81. É correto afirmar que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios observa que

- A) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, incluindo as nomeações para cargo em comissão.
- B) o candidato que, aprovado em concurso para provimento de cargo público, seja classificado dentro do número de vagas especificado no respectivo edital possui o direito subjetivo à nomeação.
- C) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável ao menos uma vez, por igual período.
- D) a comprovação do exercício de função pública tem a validade de título a ser apresentado em prova de títulos de concurso para provimento de cargo.
- E) é permitida a vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

82. Qual matéria pode ser objeto de emenda constitucional?

- A) O voto direto.
- B) O voto secreto.
- C) O voto universal.
- D) O voto periódico.
- E) O voto facultativo.

83. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para:

- I. os analfabetos;
- II. os apenados;
- III. os maiores de setenta anos;
- IV. os residentes no estrangeiro;
- V. os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Analise os itens acima e assinale

- A) se apenas os itens I, II e III estiverem corretos.
- B) se apenas os itens III, IV e V estiverem corretos.
- C) se apenas os itens I, III e V estiverem corretos.
- D) se apenas os itens I, III e IV estiverem corretos.
- E) se apenas os itens II, IV e V estiverem corretos.

84. É correto afirmar que é privativo de brasileiro nato o cargo

- A) de Senador.
- B) de Ministro da Justiça.
- C) de Delegado da Polícia Federal.
- D) de Presidente da Câmara Federal.
- E) de Juiz Federal.

85. De acordo com o texto constitucional, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente

- A) nos crimes de responsabilidade, os membros do Tribunais de Contas dos Municípios.
- B) os mandados de segurança e os habeas-data contra ato de juiz federal.
- C) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da Administração Indireta.
- D) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- E) os membros do Conselho Nacional do Ministério Público nos casos de crime de responsabilidade.

86. Ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, o Presidente da República pode decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

Nesse sentido, a seguinte medida pode ser adotada:

- A) criminalização das reuniões.
- B) expropriação de bens imóveis para restabelecer a ordem pública.
- C) incomunicabilidade do preso.
- D) ampliação do sigilo de comunicação telefônica.
- E) restrição ao sigilo de correspondência.

87. A respeito da repartição de competências entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios é correto afirmar que

- A) a competência para legislar sobre direito tributário é exclusiva da União.
- B) a competência para legislar sobre direito financeiro é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.
- C) a competência para legislar sobre proteção à infância e à juventude é concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- D) a competência para legislar sobre procedimentos em matéria processual é exclusiva dos Estados e Distrito Federal.
- E) a competência para legislar sobre juntas comerciais é exclusiva da União.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

88. É correto apontar como objetivo fundamental que constitui a República Federativa do Brasil

- A) a prevalência dos direitos humanos.
- B) a não intervenção.
- C) a defesa da paz.
- D) a erradicação da pobreza e da marginalização.
- E) a autodeterminação dos povos.

89. O art. 20, IX, da Constituição prevê que os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União. Essa norma constitucional é classificada como norma

- A) de eficácia contida.
- B) de eficácia plena.
- C) programática.
- D) de eficácia limitada.
- E) de princípio institutivo.

90. A respeito das associações é correto afirmar que

- A) a liberdade de associação é plena e irrestrita.
- B) decisão judicial passível de reforma pode dissolver uma associação.
- C) podem ter suas atividades suspensas após decisão judicial.
- D) ao se filiar, o associado confere poderes implícitos para ser representado judicialmente pela associação.
- E) a criação de uma associação depende de autorização.

91. A prisão de agente, previamente condenado, por porte de instrumento comumente empregado na prática do crime de furto

- A) obedece ao Princípio da Isonomia.
- B) não demanda uma condição específica do agente.
- C) decorre de uma infração penal de perigo em concreto.
- D) viola o princípio da dignidade da pessoa humana.
- E) está de acordo com o princípio da razoabilidade.

92. Em decisão judicial de primeira instância, o juízo do Município X decidiu aumentar o vencimento de professor da rede municipal de ensino, fundamentando sua decisão exclusivamente no princípio da isonomia. A decisão pode ser objeto de qual remédio constitucional?

- A) Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- B) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- C) Mandado de Injunção.
- D) Reclamação Constitucional.
- E) Mandado de Segurança.

93. Mandado de Segurança Coletivo pode ser impetrado por:

- I. partido político;
- II. associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos direitos de seus associados;
- III. entidade de classe em favor dos associados independentemente da autorização destes;
- IV. empresa de capital misto;
- V. entidade de classe ainda que a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da categoria.

Analise os itens acima e assinale

- A) se apenas os itens I, II e IV estiverem corretos.
- B) se apenas os itens II, III e V estiverem corretos.
- C) se apenas os itens II, IV e V estiverem corretos.
- D) se apenas os itens I, III e V estiverem corretos.
- E) se apenas os itens I, II e III estiverem corretos.

94. Aos integrantes da Defensoria Pública é garantido:

- I. provimento dos cargos de carreira, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos;
- II. exercício de função essencial à Justiça com o objetivo de defender os direitos individuais dos autossuficientes, de forma integral e gratuita;
- III. inamovibilidade, permitido o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais;
- IV. vitaliciedade, vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais;
- V. vitaliciedade, permitido o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Analise os itens acima e assinale

- A) se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- B) se apenas o item V estiver correto.
- C) se apenas os itens III e V estiverem corretos.
- D) se apenas os itens I e IV estiverem corretos.
- E) se apenas o item I estiver correto.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

95. É correto afirmar que o Presidente ficará suspenso de suas funções

- A) nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia pelo Supremo Tribunal Federal, após a admissão de acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados.
- B) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Congresso Nacional, após a admissão da acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados.
- C) nas infrações penais comuns, se recebida a queixa-crime pelo Senado Federal, após a admissão da acusação contra o Presidente da República, por maioria simples da Câmara dos Deputados.
- D) no caso de violação à lei orçamentária se aceito o pedido para julgamento do processo de *impeachment* pelo presidente da Câmara dos Deputados, após a admissão da acusação contra o Presidente da República, por um terço da Câmara dos Deputados.
- E) nos crimes de responsabilidade após a emissão de parecer favorável à continuidade do processo de *impeachment* analisado por uma comissão composta por integrantes da Câmara dos Deputados.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

96. Com base na Lei 12.124/93 e suas atualizações posteriores, é correto afirmar que aproveitamento é o retorno ao exercício do cargo do funcionário em disponibilidade e dependerá do listado nas alternativas a seguir, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- A) habilitação em processo seletivo específico, realizado pela Academia de Polícia Civil
- B) exame médico oficial
- C) recomendação da avaliação de desempenho durante os últimos três anos
- D) existência de vaga
- E) a Administração Superior da Polícia Civil manifestar interesse expresso e fundamentado no retorno do disponível

97. A respeito do que rege a Lei Complementar 98 do Estado do Ceará, de 13 de junho de 2011, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A Controladoria-Geral de Disciplina poderá avocar qualquer processo administrativo disciplinar ou sindicância, ainda em andamento, passando a conduzi-los a partir da fase em que se encontram.
- B) É atribuição institucional da Controladoria-Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Estado do Ceará criar grupos de trabalho ou comissões, de caráter transitório, para atuar em projetos e programas específicos, devendo contar com a participação de outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal.
- C) Para cumprimento de suas atribuições, a Controladoria-Geral de Disciplina poderá requisitar, no âmbito do Poder Executivo, documentos públicos necessários à elucidação e/ou constatação de fatos objeto de apuração ou investigação, sendo assinalados prazos não inferiores a 5 (cinco) dias para a prestação de informações, requisição de documentos públicos e realização de diligências.
- D) O Controlador-Geral de Disciplina poderá solicitar ao Governador do Estado a cessão de Oficiais das Forças Armadas, Oficiais de outras Polícias Militares Estaduais, Procuradores de Estado, Membros da Carreira da Advocacia-Geral da União, Delegados da Polícia Federal ou outros Servidores Estaduais, Municipais e Federais, para comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, Conselhos de Disciplina e/ou Justificação.
- E) Os relatórios finais dos processos administrativos disciplinares serão decididos pelo Controlador-Geral de Disciplina, antes do envio para publicação ou, se for o caso, do envio ao Governador do Estado, para decisão que seja de competência legal; podendo este determinar quaisquer outras providências que se fizerem necessárias à regularidade do processo e decisão.

98. Com base na Lei 9.826/74 e suas atualizações posteriores, é correto afirmar que o estágio probatório é o período de

- A) três anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado do início do exercício funcional.
- B) dois anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado do início do exercício funcional.
- C) três anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado da data da posse.
- D) dois anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado da data da posse.
- E) três anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado da data da nomeação.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL– TIPO B

99. A respeito do Capítulo V da Constituição do Estado do Ceará, analise as afirmativas a seguir:

- I. Todos os órgãos que integram o sistema de segurança pública e defesa civil estão identificados pelo comum objetivo de proteger a pessoa humana e combater os atos atentatórios aos seus direitos, adotando as medidas legais adequadas à contenção de danos físicos e patrimoniais, velando pela paz social, prestando recíproca colaboração à salvaguarda dos postulados do Estado Democrático de Direito.
- II. A atividade policial é submetida ao controle externo do Secretário de Estado de Segurança Pública, deste devendo atender às notificações, requisições de diligências investigatórias e instauração de inquéritos, em estrita observância dos disciplinamentos constitucionais e processuais.
- III. Compete à Polícia Civil exercer com exclusividade as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto militares, realizando as investigações por sua própria iniciativa, ou mediante requisições emanadas das autoridades judiciárias ou do Ministério Público.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

100. Com base na Lei 12.124/93 e suas atualizações posteriores, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os cargos de provimento em comissão da estrutura organizacional da Polícia Civil, diretamente envolvidos com a atividade fim desta, serão preenchidos por policiais civis, integrantes do Grupo Ocupacional Atividade de Polícia Judiciária-APJ, observada a formação profissional exigida para o desempenho do cargo.
- II. Não haverá posse nos casos de ascensão funcional e reintegração.
- III. No caso de disponibilidade, o servidor continuará sendo considerado como em atividade, computando-se o período de suspensão do vínculo para a aposentadoria, nova disponibilidade, se for o caso, e a progressão horizontal.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL- TIPO B

Rascunho



CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL- TIPO B

Rascunho



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Segurança Pública
e Defesa Social